



Município de Antônio Carlos

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO MUNICIPAL Nº 547 DE 23 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus em Antônio Carlos – MG, conforme cenário atual, por meio da autorização para retorno a Onda Vermelha do Programa Minas Consciente.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MARCELO RIBEIRO DA SILVA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU CARGO, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

Considerando a LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 e a legislação correlata que regulamentam o espaço de atuação para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, desde o ano de 2020;

Considerando o DECRETO ESTADUAL Nº 113, DE 12 DE MARÇO DE 2020 - Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado de Minas Gerais em razão de surto de doença respiratória – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e demais legislação estadual que regulamenta o espaço de atuação do estado de Minas Gerais para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus desde o ano de 2020;

Considerando os DECRETOS Nº 513, 514, 532, 539, 542 e 546 exarados pelo Município de Antônio Carlos – MG, que regulamenta o espaço de atuação do Município para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, desde o ano de 2020;

Considerando a situação de calamidade em todo território estadual nos termos do Decreto nº 48.102 de 29 de dezembro de 2020;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de prevenção e ações da área de Vigilância em Saúde, estabelecendo medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID 19);



Município de Antônio Carlos

ESTADO DE MINAS GERAIS

Considerando publicação, pelo Comitê Extraordinário COVID-19, da Deliberação 152 de 22/04/2021 (COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19) -Institui a Onda Vermelha - Medida específica e complementar de enfrentamento da pandemia de COVID-19 na qual a Macrorregião Centro Sul se altera para Onda Vermelha.

Considerando a reunião ocorrida nesta data (23.04.2021), na qual a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, aponta a criticidade dos dados, de forma especial a situação do município de Antônio Carlos, no qual na última semana epidemiológica (semana 15) foram registrados 24 novos casos, com uma taxa de incidência de 209,07/100.000, sendo que a taxa da microrregião de Barbacena é de 151,7/100.000, situação esta que nos coloca sob alerta, evidenciando que precisamos mudar de atitude a fim de evitar a propagação do vírus. Que o grau de risco AGRUP permanece inalterado de 28 da semana anterior para 28 na semana atual na microrregião de Barbacena.

Considerando o perfil de vacinados até esta data e a incidência da doença no Município, na microrregião de Barbacena e na macrorregião Centro Sul, mas considerando principalmente o perfil de utilização dos leitos de UTI COVID e as enfermarias clínicas da COVID-19, que se encontram com taxa de ocupação dos leitos em situação crítica e extremamente preocupante.

Considerando os inúmeros apelos por parte do comércio local para assegurar o funcionamento mínimo dos serviços, tendo em vista a condição econômica e o cenário local.

Considerando a Deliberação 152, de 22/4/2021 do COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a classificação do município de Antônio Carlos para a ONDA VERMELHA do Programa - Minas Consciente, devendo ser observadas TODAS as especificações contidas nos protocolos para cada atividade econômica no referido programa e suas respectivas ondas, disponível em <https://www.mg.gov.br/minasconsciente>.

Art. 2º A progressão de fases se dará em consonância com as deliberações e orientações do comitê regional, abrangendo os Municípios da Macrorregião de Saúde Centro Sul e da microrregião de Barbacena, nos termos do Plano Diretor de Regionalização do Estado de Minas Gerais, devendo o Município de Antônio Carlos fazer cumprir todas as determinações por ele estabelecidas.

Art. 3º Fica alterado o horário de plantão do serviço de vigilância que as sábados e domingos passará a funcionar das 8:00 às 20:00 horas.

Art. 4º - Determina que a Secretaria Municipal de Saúde intensifique as ações de promoção e prevenção da saúde, por meio das mídias digitais, carro de som, faixas, e, executar, toda estratégia que contribua para a mudança no comportamento daqueles que ainda subestimam a doença, sua gravidade e as seqüelas advindas dos casos confirmados.



Município de Antônio Carlos

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 5º Ficam determinadas as seguintes ações a partir do dia 24.04.2021, considerando o protocolo para a Onda Vermelha do Programa Minas Consciente:

- I. É vedada a aglomeração de pessoas em espaços públicos e privados, locados ou não, com ou sem fins lucrativos, inclusive sítios, cachoeiras, rios, piscinas e similares;
- II. Suspensão de jogos de entretenimento que culminem em aglomerações como mesa de bilhar, totó, baralho, etc.;
- III. Suspensão de práticas esportivas de contato, como futebol, vôlei, handebol e similares; .

Art. 6º - Ficam determinadas a obrigatoriedade:

- I. Do uso de máscaras de proteção facial nos estabelecimentos públicos, privados, comerciais, praças, ruas, avenidas, todo e qualquer espaço público, sendo vedada a circulação de pessoas sem o referido equipamento de proteção individual;
- II. Fornecimento de álcool gel 70% a clientela dos estabelecimentos públicos, comerciais, cuja responsabilidade pelo fornecimento é do responsável pelo serviço;
- III. É vedada a permanência de pessoas em praças e espaços públicos, a fim de evitar aglomerações, sendo que as mesmas serão interditadas.

Art. 7º - É permitido o funcionamento dos seguintes estabelecimentos mediante as seguintes condições:

- I. O Funcionamento de bares, lanchonetes e similares será permitido no horário de funcionamento compreendido de 08 às 20h, de domingo a domingo, a ser realizado em regime de delivery, sendo permitida a retirada em balcão até as 20h, e após este horário, apenas em regime de entrega. É vedado o consumo no local, bem como na área externa, cabendo ao proprietário comunicar imediatamente aos órgãos responsáveis, a ocorrência de aglomerações no entorno ao seu estabelecimento. Exceto no caso específico de restaurantes que fornecem almoço, será permitido o fornecimento apenas para moradores de outros municípios, ou advindos da zona rural, desde que obedecidas as regras de distanciamento, disponibilização de álcool em gel e o fornecimento concomitante de no máximo 10 pessoas;
- II. Salões de beleza, barbearias e similares deverão adotar estratégias para agendamento prévio de clientes, um de cada vez, respeitando o espaço mínimo de trinta minutos entre um atendimento e outro, para a devida desinfecção do local, equipamentos e utensílios. É vedado o compartilhamento de objetos e produtos que possam provocar a proliferação do coronavírus;
- III. Para atividades de condicionamento físico (academias e similares): É permitido a lotação máxima simultânea de cinco pessoas, desde que exista área mínima de dez metros quadrados para cada usuário, havendo um intervalo mínimo de quarenta e cinco minutos entre as atividades, para a devida desinfecção de aparelhos, equipamentos, móveis e utensílios;
- IV. Demais segmentos econômicos: São permitidas as atividades que possam ser realizadas através de compras em balcão, sem fluxo de pessoas nas lojas e contato entre clientes, sendo vedado experimentar roupas, calçados e qualquer outro artigo no interior dos estabelecimentos;



Município de Antônio Carlos

ESTADO DE MINAS GERAIS

V. Obrigatoriedade dos setores regulados implementar as campanhas de conscientização sobre a prevenção à COVID 19 dentro dos estabelecimentos, através de faixas e cartazes alusivos que serão fornecidos pelo Poder Público Municipal;

Art. 8º As atividades previstas na onda VERMELHA do Plano Minas Consciente estão permitidas, desde que sejam cumpridos integralmente todos os protocolos estabelecidos no referido plano, bem como todas as demais ondas do referido Programa.

Art. 9º. O descumprimento das medidas restritivas estabelecidas neste Decreto acarretará na interdição imediata do estabelecimento, notificação as pessoas físicas, a comunicação das infrações aos órgãos de controle, bem como a configuração de infração sanitária, nos termos do Artigo 99 da Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999.

Art. 10. Os serviços especializados em saúde retornam a sua capacidade normal.

Art. 11. Registra-se o apelo público para que a população em geral faça a sua parte, evitando toda e qualquer aglomeração, que use máscaras, que higienize as mãos, que passe álcool em gel, que não realizem eventos de qualquer natureza, que em caso suspeito de COVID 19 faça o distanciamento e cumpra o protocolo de maneira **extremamente responsável**, procurando o Centro de Referência da COVID 19, que cuide de si, de suas famílias, do seu próximo, pois a situação é muito delicada e o número de casos só vem aumentando, mesmo mediante a ação sinérgica do Setor de Vigilância Sanitária.

Art.12. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13º. Este Decreto entrará em vigor no dia 24 de abril de 2021.

Antônio Carlos, 23 de abril de 2021.


MARCELO RIBEIRO DA SILVA
PREFEITO INTERINO DE ANTÔNIO CARLOS

27 de Dezembro

de 1948